

DA MULTIDÃO AO PÚBLICO: IMAGENS, NARRATIVAS E TECNOPOLÍTICAS NA PRODUÇÃO DA POLARIZAÇÃO PÓS-2013¹

KATIA DE SOUZA RAMOS²
ALEXANDRE DE PAIVA RIO CAMARGO³

RESUMO

As manifestações de junho de 2013 trouxeram à tona novas formas de mobilização da sociedade e a emergência de atores que intensificaram os conflitos no espaço público. Estiveram presentes aos primeiros atos pessoas e grupos sociais bastante diversos, de ideologias distintas, que partilhavam um sentimento de indignação generalizado. Entre 2014 e 2015, observamos a organização de novos grupos de direita e a construção da polarização política, cujo ápice foi o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016, agora com extenso uso de símbolos, gritos de guerra e performances que opunham segmentos de esquerda e direita. O artigo busca contribuir para o debate sobre os significados sociais e políticos das jornadas de junho, realizando uma socio-gênese da polarização que

¹Este artigo é uma versão revisada e modificada pelos dois autores da dissertação de mestrado de Katia de Souza Ramos (2022), defendida no Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Candido Mendes (UCAM), sob orientação de Alexandre de Paiva Rio Camargo.

²Mestre em Sociologia Política pelo IUPERJ-UCAM. Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela ENCE-IBGE. Pesquisadora do Instituto Brasileiro da Qualidade Nuclear.

³Doutor em Sociologia pelo IESP-UERJ. Professor e Coordenador Adjunto do Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política do IUPERJ-UCAM.

tomou o país. Para tanto, oferecemos um recorte conceitual pouco usual – a passagem da multidão ao público, tal como refletida por Gabriel Tarde-, abordando aspectos ainda carentes de análise, como o papel de narrativas, imagens, números e mapas na construção da opinião pública sobre os acontecimentos, com foco no enquadramento midiático das manifestações ocorridas entre 2013 e 2016.

Palavras-chave:

Multidão; Público; Polarização; 2013; tecnopolíticas

ABSTRACT

The protests in June 2013 brought to light new ways of mobilizing society and the emergence of actors who intensified conflicts in the public space. The first protests were attended by very diverse people and social groups, with different ideologies, who shared a general feeling of indignation. Between 2014 and 2015, the polarization takes place with the organization of new right-wing groups, reaching its peak in the impeachment of former president Dilma Rousseff in 2016. The article seeks to contribute to the debate on the social and political meanings of the June protests, carrying out a socio-genesis of the polarization that gripped the country. To this end, we propose a conceptual approach - the passage from the crowd to the public, as assumed by Gabriel Tarde - addressing aspects that are still lacking in analysis, such as the role of narratives, images, numbers and maps in the construction of public opinion about these events, with a focus on the media framing of these protests from 2013 to 2016.

KEYWORDS:

Crowd; Public; Polarization; 2013; technopolitics

INTRODUÇÃO

As manifestações de junho de 2013 trouxeram à tona novas formas de mobilização da sociedade e a emergência de atores que intensificaram os conflitos no espaço público. Estiveram presentes aos primeiros atos pessoas e grupos sociais bastante diversos, de ideologias distintas, que partilhavam um sentimento

de indignação generalizado. Entre 2014 e 2015, observamos a organização de novos grupos de direita e a construção da polarização política, cujo ápice foi o *impeachment* da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016. Neste quadro, nos dedicamos a entender aspectos ainda pouco explorados de uma questão presente na literatura sobre o tema: *como e por que a explosão da multidão das jornadas de 2013, originalmente provocada pelas esquerdas, terminou por consolidar um novo público de direita?* Para tanto, apoiamos-nos na obra de Gabriel Tarde (2005), para entender os processos envolvidos na conversão da multidão em público, e nas reflexões de Antonio Negri e Michael Hardt (2005) sobre o potencial emancipatório da multidão, cuja pertinência teórica não pode ser negligenciada, ou reduzida ao insucesso de experiências históricas concretas.

Este artigo busca contribuir para o debate sobre os significados sociais e políticos das jornadas de junho, realizando uma socio-gênese da polarização que tomou o país. Para tanto, oferecemos um recorte conceitual pouco usual – a passagem da multidão ao público –, iluminando aspectos carentes de análise, como o papel de tecnopolíticas na construção da opinião pública, com foco no enquadramento midiático das manifestações ocorridas entre 2013 e 2016.

A discussão que segue está organizada em quatro seções. Na primeira seção, apresentamos a multidão como categoria empírica e analítica, respectivamente. Partimos do uso corrente do vocábulo, sua aceção dicionarizada e sua mobilização pela imprensa, especialmente nos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*. Veremos como as manchetes destes jornais imprimiram à multidão um *ethos* anárquico de violência e destruição. Do ponto de vista analítico, as manifestações de junho de 2013 destacaram uma multidão composta de singularidades, apresentadas nos inúmeros cartazes com reivindicações diversas, empunhados por pessoas de diferentes origens sociais, reunidas de início apenas fisicamente, sem unidade e coesão. Com base em Tarde (2005) e Lippman (2010), examinamos o papel decisivo da imprensa na formação de opinião, uma vez que possibilitou pessoas distantes e desconhecidas entre si se constituírem em um público, caracterizado por crenças, valores e ideias comuns.

Na segunda seção, analisamos a utilização das redes sociais digitais como ferramentas importantes para mobilização e organização das manifestações, permitindo a reunião de diversos atores – de partidos e movimentos sociais a evangélicos e anarco-capitalistas, com repertório nacionalista. Procuramos mostrar como o mito de horizontalidade das redes, aparentemente sem hierarquia de comando e propagação, ajudou a construir a polarização. A terceira seção dis-

seca a composição socioeconômica e ideológica do novo público em formação, traçando um perfil de três integrantes dos chamados novíssimos movimentos sociais - o Movimento Passe Livre, o Vem pra Rua, e o Movimento Brasil Livre -, e identificando afinidades e diferenças em relação a espaços organizados da direita tradicional brasileira. Por fim, a última seção coteja um aspecto pouco estudado sobre as manifestações: o papel das tecnopolíticas, em particular dos números e dos mapas mobilizados pelas narrativas midiáticas, ao dotarem de materialidade e consistência visual o novo público de direita, conferindo valor moral e dimensão nacional às suas aspirações.

1. A MULTIDÃO COMO CATEGORIA EMPÍRICA E ANALÍTICA

No dicionário Aurélio da Língua Portuguesa, o vocábulo “multidão” apresenta três sentidos de uso corrente: grande quantidade ou ajuntamento de pessoas; abundância, cópia, profusão, grande porção de pessoas; povo. Uma diversidade de termos que define coletivos humanos e que ocupam espaço nas diversas mídias. Tal vocábulo foi bastante utilizado durante os eventos ocorridos entre os anos de 2013 e 2016 e foram objeto de grande visibilidade, com ampla cobertura da imprensa e das redes sociais, passando a ser pauta principal dos veículos de comunicação, que são responsáveis, em grande parte, pela formação da opinião pública.

Após a realização de cada uma das manifestações, era possível ler nos jornais impressos as seguintes chamadas: “*O Brasil nas ruas – SEM CONTROLE*” – *Em noite de novos conflitos, depredações e saques, Itamaraty e Prefeitura do Rio são atacados*⁴ e “*Milhares vão às ruas contra tudo*”⁵, manchetes e legendas que atribuíam à multidão um caráter violento. Ao pensar esses eventos como um fenômeno sociológico, observamos que o conceito de multidão poderia ser interessante para entender qual é o papel social das jornadas de junho de 2013, quais inovações foram por elas introduzidas, e que elementos ganharam uma nova roupagem depois delas. Para tanto, nos valeremos nesse artigo do conceito de multidão como categoria analítica, fator de agência e mudança social.

⁴Fonte: Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consultaaoacervo/?navegacaoPorData=201020130621>. Acesso em 12/09/2023.

⁵Fonte: Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19529&anchor=5878043&origem=busca&originURL=>. Acesso em 12/09/2023.

Considerando que a expressão multidão passou a fazer parte do nosso cotidiano recente, entendemos ser relevante analisar o sentido a ela atribuído pela mídia convencional, pois, os atores envolvidos lançam mão dessa pré-noção empírica para descrever o real e imputar significados aos acontecimentos, como uma forma de consolidar suas próprias narrativas sobre os eventos. Assim, a legitimidade e as pautas dos grupos são questionadas na e pela mídia impressa, reverberando na sociedade a ideia de multidão como uma ameaça. Ao mesmo tempo, partindo de Gabriel Tarde, Antonio Negri e Michael Hardt, propomos pensar a multidão como uma categoria conceitual, capaz de iluminar a análise dos significados das jornadas de junho.

Segundo Tarde, a multidão *“é o grupo social do passado; depois da família, é o mais antigo de todos os grupos sociais”* (2005, p.13), teria *“surgido aparentemente por geração espontânea”* (2005, p. 33) e teria apenas *“conexão física e não psíquica”* (2005, p.6), que só poderia se mover dentro de um pequeno raio. Para Hardt e Negri, a multidão se caracteriza pelo ajuntamento de pessoas de forma não artificial, mobilizadas em torno de pelo menos um interesse comum, que compartilham um sentimento de solidariedade, senso de comunhão e coesão mental, permanecendo individualizadas, ou seja, com a convicção plena de suas identidades singulares. Nesse sentido, os autores entendem que a multidão *“é composta de um conjunto de singularidades”* (idem, p. 139) que, embora múltipla, *“não é fragmentada, anárquica ou incoerente”* (idem, ibidem) e acrescentam: *“as ações e constituição da multidão estão baseadas no que têm em comum, não na sua identidade ou unidade* (idem, p. 140). Além dos conceitos de público e multidão formulados por tais autores, nos valeremos da ideia tardeana de *opinião*, a qual se constrói para formar os valores que uma sociedade faz de suas práticas, comportamentos, ideias e instituições. Assim, a opinião é uma ideia central para a constituição do *público*. (Tarde, 2015, p.17). A imprensa teria papel decisivo na formação de opiniões, uma vez que possibilitou pessoas distantes e desconhecidas entre si se aliarem em torno de uma opinião comum.

As manifestações de junho de 2013 não se desenrolaram como eventos homogêneos. De acordo com Alonso (2017, pp. 51/53), os eventos podem ser separados em quatro fases: a eclosão de 06 a 10 de junho, a diversificação de 11 a 16 de junho, a massificação de 17 a 24 de junho e o declínio após 25 de junho. A eclosão foi marcada pelo protagonismo do Movimento Passe Livre (MPL) cuja pauta de reivindicação era a redução da tarifa dos transportes públicos. Em seguida, começou a fase da diversificação com o aumento das adesões e a heteroge-

neidade de pautas em reivindicação e depois, a fase da massificação com grande participação popular, mais adesões e a aprovação da opinião pública. A pesquisa que fizemos das capas dos Jornais *O Globo* e *Folha de São Paulo* corroboram a periodização acima apresentada.

Algumas das imagens apresentadas nas manifestações de 2013 apontam para uma incipiente polarização ideológica que estava anunciada nas ruas, no âmbito das multidões, que posteriormente vai adquirindo expressão nacional a partir da formação de um novo público, que vai se consolidando com o contínuo retorno às ruas. Destacamos que, a partir desse segundo momento, quem vai para as ruas não é mais a multidão, mas um público organizado a partir da experiência da rua que vai ativar a dimensão afetiva, fundamental para a participação política. (Bringel e Pleyers, 2015, p.11).

Registramos que o conceito de público nasce no século XVI, com o aparecimento da imprensa, possibilitando a ampliação do debate dos mais variados temas, passando a ter maior notoriedade nos séculos XVII e XVIII e era constituído por um pequeno número de pessoas que liam os jornais e se reuniam em salões, cafés e clubes. Em paralelo a este público, existia uma multidão amorfa de pessoas que se manifestavam nos acontecimentos políticos, sociais e econômicos. O público emerge das multidões e possuiria um desenvolvimento mental e social mais avançado em relação a elas, configurando um agrupamento de pessoas que possuem uma “coesão mental” por imitação, mas que não precisam estar fisicamente próximos.

Tarde (2005, pp.5-31) entende que haveria dois tipos de público para os jornais e/ou revistas: um que poderia ser denominado estável ou consolidado, quando admite a discussão crítica de forma contínua e outro instável ou flutuante, quando a crítica acaba sendo minimizada em razão de interesses econômicos. Tarde sinaliza para o poder de convencimento dos jornais sobre os públicos e acrescenta, que

(...) é assim que, pouco a pouco, os públicos aumentam, enquanto as multidões diminuem e diminui mais rapidamente sua importância. (...) As grandes conversões de massa, hoje são os jornalistas que as realizam. Assim, seja qual for a natureza dos grupos entre os quais se divide uma sociedade, tenham eles um caráter religioso, econômico, político (...) o público é, de certo modo, seu estado final e, por assim dizer, sua denominação co-

mum; é a esse grupo (...), de estado de espírito em perpétua mutação tudo se reduz. (Tarde, 2005, p. 28)

Dessa forma, os veículos de disseminação da opinião são também responsáveis pela formação dos públicos. Se as multidões estavam sujeitas aos caprichos da natureza, o público não estaria submetido às intempéries, uma vez que o leitor “*pode refletir em silêncio sobre o que le e, apesar de sua passividade habitual, poderá mudar de jornal, até encontrar o que lhe convém, ou que ele julga lhe convir*” (Tarde, 2005, p. 18). Como mencionado anteriormente Tarde entende o público como uma “*evolução da multidão*”.

De modo geral, podemos dizer que as jornadas de junho de 2013 inauguraram uma nova forma de manifestação, que constituíram uma espécie de marco, com uma multidão ocupando o espaço público da rua em várias cidades brasileiras, caracterizando-se pela lógica de mobilização por meio das redes sociais, pela ausência de uma liderança reivindicada ou facilmente identificável, e pela ausência dos atores sociais tradicionais como partidos políticos e sindicatos. Entretanto, cabe relativizar a ausência de liderança. As primeiras manifestações foram convocadas pelo Movimento Passe Livre (MPL)⁶, para uma pauta específica e, esse mesmo movimento, se define como “*apartidário, não anti-partidário*”, acrescentando ainda que os partidos políticos não participam do movimento, porém seus membros podem participar, enquanto cidadãos.

As imagens mostradas na capa do Jornal *Folha de São Paulo* (Figura 1) são interessantes para pensarmos o papel da multidão nas jornadas de junho de 2013 e seus desdobramentos. A manchete é repleta de mensagens subjacentes: “*milhares vão às ruas*”: é uma chamada que evoca a ideia de multidão no senso comum, no uso empírico do termo, qual seja, um aglomerado de pessoas com um objetivo comum. A expressão “*contra tudo*”, por sua vez, desqualifica o papel da multidão, apontando para o desconhecimento sobre sua razão de ser, não tendo, portanto, um objetivo; “*grupos atingem palácios*” aponta para a subversão da ordem, pois palácio refere-se aos poderes constituídos como a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro e a sede de governo de São Paulo, que foram “*atacados*” e sofreram “*tentativa de invasão*”, reforçando o caráter violento e anárquico das ações realizadas pela multidão. Curiosamente, não é abordada a invasão ao Congresso Nacional, apesar da capa do jornal mostrar a sua ocupação por manifestantes. De um lado, a capa estampa uma imagem estática, de outro, apela para uma imagem

⁶Disponível em <https://www.mpl.org.br>. Acesso em 23/04/2023.

que pode transmitir um sentimento de medo da multidão, realçando as sombras que se agigantam sobre o prédio do poder legislativo, indicando o possível objetivo de apropriação das casas legislativas.

FIGURA 1 - JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 18 DE JUNHO DE 2013



Fonte: Disponível em <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19529&anchor=5878043&origem=busca&origemURL=>. Acesso em 12/03/2023.

A imagem centralizada na capa do jornal mostra o “Largo da Batata, local da concentração inicial dos manifestantes na capital paulista”. Nesta, observamos ruas que parecem estar totalmente ocupadas por manifestantes, revelando uma

multidão delimitada por edifícios, transmitindo a ideia de que a multidão estaria contida ou sob controle. Percebemos ainda que a imagem tem um efeito de adensamento dos manifestantes, relevando seu caráter pacífico; a ideia de movimento não está presente, tampouco é possível identificar faixas ou cartazes, cores ou frases; enfim não se consegue distinguir símbolos, dando a sensação de uma massa amorfa.

Em letras menores, no lado esquerdo, vemos imagens de cartazes com os dizeres: “*Somos os filhos da revolução, acredite não é só por R\$0,20*”; “*FIFA go home*”; “*Fora Alckmin*”; “*Fora Dilma, Fora Cabral / PT = pilantragem e traição*”, que apontam para pautas específicas. Contrariando a manchete “*contra tudo*”, a multidão está presente conhecendo a sua razão de ser. O grupo de imagens apresentadas na capa do jornal *Folha de São Paulo* constrói narrativas contraditórias, pois a imagem aparentemente ordeira e pacífica da multidão no Largo da Batata destoa das demais, exprimindo um sentido oposto. As palavras e as imagens são construídas de forma a criar uma ideia de perigo e ameaça causados pela multidão.

O conjunto das imagens é representativo do significado da multidão na visão contemporânea, pois é heterogênea, formada por singularidades, e ao mesmo tempo colaborativa, com subjetividade nas ações. Trata-se de uma multiplicidade de corpos, que expressa a potência enquanto conjunto e, ao mesmo tempo, singularidade. Nesse sentido, contém um princípio auto formativo, ou seja, a multidão é autopoietica: ao criar, está também se criando, assim como se auto-organizando. (Hardt e Negri, 2005, pp. 139-145). Salientamos que as multidões constituem um fenômeno global e que sempre ocorreram nas diversas partes do mundo, porém foi apenas no final do século XX e início do XXI que ganharam espaço nos meios de comunicação do mundo globalizado, tanto a mídia convencional quanto as redes sociais.

As redes digitais foram responsáveis, nos anos 2010, por levar as multidões a ocupar o espaço público. Como exemplo, podemos citar o movimento *15M* (na Espanha), que ficou popularizado com o nome de “indignados” e foi caracterizado por protestos espontâneos de cidadãos inicialmente organizados e idealizados pelas redes sociais. Nos Estados Unidos, o movimento *Occupy Wall Street*, surgiu de forma espontânea, conectando espaço virtual e espaço urbano. (Castells, 2013, p. 89).

Ainda que a multidão não tenha identidade uniforme, suas diferenças internas devem descobrir o comum que lhe permite a comunicação e ação em conjunto (Hardt e Negri, 2005, p. 14). A multidão adquiriu capacidade de mo-

bilização a partir da associação de um grupo de pessoas que buscam ampliar a potência das ações, visando melhores condições de vida. Em junho de 2013, inicialmente, a motivação comum era o aumento das tarifas de transporte público. A pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha⁷, em 21 de julho, revelou que para 66% dos entrevistados as manifestações deveriam continuar mesmo após o governador e o prefeito de São Paulo revogarem o aumento das tarifas públicas. Dentre os motivos alegados para a continuidade destacam-se: saúde (40%), educação (20%), corrupção (17%), “melhoria de tudo” (11%) e segurança (8%). Nesse sentido, o mote “*não é só por R\$0,20*” foi o estopim, pois as jornadas de junho de 2013 foram marcadas por uma luta de segmentos sociais insatisfeitos com a corrupção, sucateamento dos serviços públicos dentre outras questões, que colaboraram para a subtração da cidadania gerando na população um arroubo de indignação para com os rumos da política brasileira. Assim, em um discurso contemporâneo, a multidão acaba por ser uma forma de resistência a um contexto que, marcado por fortes desigualdades sociais, pode originar uma linguagem comum oriunda da indignação, do protesto e da exaustão das situações que individualmente não teriam solução, gerando tentativas de viabilizar novas vias para a solução de problemas públicos.

De acordo com Tarde (2015, p.X), toda opinião nova já está presente na sociedade antes que ela tome consciência disso, em estado latente, esperando o momento adequado para brotar, assim como os agentes que poderiam, por *imitação*, dar uma forma a ela no debate público. Por isso, o autor diz que “*A imitação, compulsória ou espontânea, eletiva ou inconsciente, transforma a descoberta individual num fato social*”. (Tarde, 2005,p.XIII). Assim, o que garante a coesão em um grupo é a sociabilidade que decorre de um processo de imitação, uma vez que os indivíduos imitam ao compartilharem determinados valores e sentidos. Os indivíduos observam os comportamentos, crenças e ideias dos outros e, na medida em que vão se aproximando uns dos outros, constroem uma coesão que permite a formação de um público, assim consolidando e propagando a opinião.

No caso das jornadas de junho de 2013, as manifestações ganharam visibilidade por meio das mídias sociais e da cobertura jornalística, sendo que os jornais enfatizam a violência e a ilegalidade, desqualificando os objetivos originais. A desqualificação pode advir do protesto contra a política e os políticos, indicando uma crise de representatividade,

⁷Disponível em: [http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/24/\(40%\),_opinioao-sobre-as-manifestacoes.pdf](http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2013/06/24/(40%),_opinioao-sobre-as-manifestacoes.pdf). Acesso em: 19/08/23.

sob um clima geral de insatisfação em relação às instituições da democracia representativa e descrença nas organizações políticas tradicionais, os protestos de junho recolocaram as ruas como lugar da luta política, rompendo com um padrão de institucionalização de demandas que marcou o período democrático (Taggiba, 2018a, p. 114).

O fato é que os partidos alinhados à esquerda do espectro político, quando conquistaram a hegemonia no governo, distanciaram-se da população e “*enteraram a pauta da participação popular e da gestão participativa direta*” (Rolnik, 2013, p.11). Assim, “*a questão da representação não envolve apenas a crise dos partidos e da política e, portanto, a necessidade de uma reforma política, uma das principais agendas das ruas*”. Para Rachel Rolnik, haviam segmentos da sociedade, incluindo os jovens, “*que queriam se manifestar, mas não encontravam espaço, uma vez que as redes sociais não garantem inclusão na “formação da opinião pública” cujo monopólio é exercido pela grande mídia*” (idem, ibidem). Nesse contexto, o *Jornal Folha de São Paulo*⁸, em editorial de 13 de junho, desqualificou expressamente os jovens presentes ao primeiro ato das jornadas:

Sua reivindicação de reverter o aumento da tarifa de ônibus e metrô de R\$ 3 para R\$ 3,20 - abaixo da inflação, é útil assinalar- não passa de pretexto, e dos mais vis. São jovens predispostos à violência por uma ideologia pseudorrevolucionária, que buscam tirar proveito da compreensível irritação geral com o preço pago para viajar em ônibus e trens superlotados. Pior que isso, só o declarado objetivo central do grupelho: transporte público de graça. O irrealismo da bandeira já trai a intenção oculta de vandalizar equipamentos públicos e o que se toma por símbolos do poder capitalista.

A mesma desqualificação e o destaque à conformação supostamente anárquica e violenta da multidão apareceram em diferentes capas de diversos jornais, como observamos nas Figuras 2 e 4, apresentadas abaixo.

⁸Disponível em:

<https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=19526&anchor=5877526&origem=busca&originURL=&pd=49db7c81de848d7454d05dbffe464067>. Acesso em 22/09/23.

As manchetes acima são emblemáticas, representando uma multidão que se torna violenta, enfrentando a força policial, e colocando-se contra o Estado e contra a ordem. Não negamos os confrontos nem os atos violentos, apenas realçamos os dispositivos, imagens e textos que direcionaram as discussões sobre as jornadas de junho, e que reaparecerão ao longo das manifestações nos anos seguintes, objeto de nossa análise. Dessa forma, as primeiras abordagens das Jornadas de Junho negligenciaram seu caráter de grande mobilização popular, pacífica e democrática. Assim, os discursos foram sendo reinterpretados, associados à violência e formando uma chave de leitura dos eventos, contribuindo, assim, para a construção da opinião sobre as manifestações. Nas manifestações de 2013 participaram indivíduos e grupos sociais diversos, com amplo espectro ideológico que demonstraram “*a indignação difusa, a ambivalência dos discursos, a heterogeneidade das demandas e a ausência de mediação de terceiros, algo também notório em várias mobilizações de massa contemporâneas, a exemplo da Espanha e dos Estados Unidos*” (Bringel, 2015, s/p). Ressaltamos que esses movimentos, tal como as Jornadas de Junho, foram articulados e disseminados por meio das redes sociais. Examinaremos, em seguida, as estratégias e os meios digitais empregados para chamar a multidão às ruas, buscando identificar os principais atores envolvidos nessa mobilização.

2. REDES SOCIAIS: O MITO DA HORIZONTALIDADE E A CONSTRUÇÃO DA POLARIZAÇÃO

Em 2013, a partir das Jornadas de Junho, o uso político das redes possibilitou a abertura de um leque de oportunidades para a criação de alianças circunstanciais de grupos em torno de interesses em comum. (Machado e Miskolci, 2019, pp. 948-950).

Destacamos que a *internet* é uma rede de comunicação, que pode ser definida como uma rede de redes, formada por um arranjo comunicacional fundamentado em protocolos abertos, organizados em camadas, com funções específicas, que permitem a distribuição de informações digitalizadas, e foi impulsionada no mundo sob o princípio da neutralidade, uma vez que cada camada deveria ser neutra em relação ao funcionamento da outra. Assim, aquele

que teria o controle da camada física⁹ não poderia controlar a camada lógica¹⁰. Ressaltamos que a camada física é dominada por alguns grupos de telecomunicações, que compõem um segmento econômico altamente lucrativo. E, na medida em que o uso das redes sociais se amplia, houve também um aumento do fluxo de informações, que passam pelas camadas físicas desses oligopólios. Essas corporações perceberam o poder que dispunham sobre a *internet*, uma vez que esta depende de sua infraestrutura, ou seja, quem controla a infraestrutura física da rede, também controla seu fluxo digital, representando uma ameaça à neutralidade da *internet* (Silveira, 2011, p. 56):

A neutralidade da *internet* foi destruída a partir do momento em que o controlador da infraestrutura passa a ter o poder de decidir o que pode ou não ser transmitido por sua rede. Neste contexto, as corporações de telecomunicações podem interferir na inclusão digital autônoma dos lugares, impedindo que estes criem novos conteúdos ou tecnologias sem a devida autorização, pois possuem o poder de conexão acima do interesse das populações e dos Estados, resultando em aumento das assimetrias. (Idem, p.57)

Entendemos que tanto a exclusão digital quanto a precária capacitação para o uso da *internet* aumentam a assimetria da informação. Por outro lado, o excesso de informação pode gerar a dificuldade em selecionar conteúdos comprometendo a compreensão da situação e, por consequência, implicando diretamente na tomada de decisão. Isso levou a necessidade de filtragem das informações de conteúdos nas plataformas digitais, inclusive com a comercialização de publicidade, que podem manter o usuário “amarrado” a um conteúdo filtrado, tornando duvidosa a isonomia na apresentação dos dados nos *sites* de busca bem como a ideia da neutralidade da *internet*. (Nunes, s/d)

Se qualquer pessoa pode ser o produtor da informação, isso pode nos induzir à falsa crença em uma “*cultura democrática de compartilhamento e de relações horizontalizadas nas redes*” (Costa, 2013, p.23), o que levaria à convicção de existir uma estrutura igualitária entre os participantes. Machado e Miskolci (2019, p. 957) acrescentam que

⁹É aquela que trata de como os bits são transformados em sinais eletromagnéticos e transportados por conectores, cabos e fibras.

¹⁰As camadas de enlace, rede, transporte e aplicação podem ser chamadas de camadas lógicas, pois elas organizam os protocolos sobre o fluxo de informações, sobre os elementos imateriais da rede.

as redes sociais dão a falsa impressão de que a horizontalidade das interações equivaleria a um contexto mais democrático, mas diversos pesquisadores (...) mostraram que redes são contextos desiguais e hierárquicos em que alguns exercem o papel de formadores de opinião, enquanto a maioria apenas repercute. Em uma rede como o Facebook, a maior parte dos usuários demonstra ser suscetível a formadores de opinião que reduzem disputas políticas a uma gramática moral, aproximando-as de uma concepção individualizada de mundo. Assim, grupos de interesse, líderes populistas e até celebridades ganham poder na vocalização de interpretações simplificadoras e polarizadas da realidade social.

A utilização das redes evidenciou uma característica peculiar sobre essas manifestações: a ausência de uma liderança explícita, como os partidos políticos, sindicatos etc. As pessoas convidavam amigos e o envolvimento ocorria por meio da familiaridade entre aqueles que convidavam e os que aceitavam o convite, corroborando o “mito da horizontalidade”.

Entre a multidão e os outros movimentos coletivos, como por exemplo a turba e a massa, oriundos das necessidades ou anseios fundamentais de se viver e produzir, pode-se afirmar que exista uma diferença substancial. A primeira apresenta a característica da singularidade, que de acordo com Hardt e Negri (2005, p. 139) refere-se a “*um sujeito social cuja diferença não pode ser reduzida à uniformidade (...)*”. Ou seja, quando a multidão se move, nunca é simplesmente uma massa, é uma multiplicidade de elementos e questionamentos de vida; “*são singularidades que agem em comum*” (p.146). Entretanto, a mídia impressa tradicional construiu uma visão homogênea pairando sobre as diferenças, ao mostrar uma massa uniforme e manipulável. Ou seja, uma posição conservadora associada ao controle utilitarista das massas. Apagava-se, assim, o potencial da multidão para produzir “cooperação, comunicação, formas de vida e relações sociais” (Hardt, Negri, 2005, p. 424).

Como a experiência histórica mostrou diversas vezes, o novo não é necessariamente progressista, algo que represente um avanço para as relações sociais ou, ainda, a conquista de novos direitos. O novo também poderá consistir em um retorno aos valores passados, ao conservadorismo, ou ao autoritarismo. (Gohn, 2017, p.14). Foi o que vimos com a emergência dos novíssimos movimentos so-

ciais e seu protagonismo nos protestos de junho. Observamos que o novo nasce de estruturas que se modificam, criando novas agendas, e formas de crítica e intervenção na realidade. Por isso, o novo não é a resultante de um processo estrutural, mas algo que se instaura na realidade, a partir da ação coletiva, por meio de sujeitos e narrativas que buscam dar sentido e direção a tais ações. (Gohn, 2017, pp. 13 - 14). Como alerta Rolnik (2013, p.9):

A “fagulha” das manifestações de junho não surgiu do nada: foram anos de constituição de uma nova geração de movimentos urbanos – o MPL, a resistência urbana, os movimentos sem-teto, os movimentos estudantis -, que, entre “catraços”, ocupações e manifestações foram se articulando em redes mais amplas.

No que diz respeito às referidas manifestações, um dos protagonistas da mobilização da multidão foi o Movimento Passe Livre (MPL), que utilizando as redes sociais, participou ativamente na convocação da população. Este movimento principiou um tipo de ativismo distinto do que se conhecia até então, como por exemplo, a realização das manifestações sem os tradicionais carros de som, sem liderança explicitamente definida, com tomadas de decisão por consenso, além de adotar uma identidade visual: uma camiseta branca e preta com o desenho de uma catraca, o que permitiu estabelecer um sentimento de pertencimento a uma demanda comum. (Gohn, 2017, pp. 32-35)

Sobre os novíssimos movimentos surgidos em 2013, Alonso (2017, pp. 49-55) observou a presença de três repertórios de confronto: o socialista, o autonomista e o patriota. Em 2013, foi considerado novidade o uso do repertório autonomista como o utilizado pelo MPL, que inseriu novas formas de conduzir as manifestações: deliberação por consenso, negação de lideranças e de hierarquia de gênero, além da adoção de performances cênicas de violência simbólica e física. Autoridades, que chamaram as lideranças para a mesa de conversas, ficaram confusas quando estas não compareceram, uma vez que o MPL não as tinha, ao menos formalmente. Os protestos continuaram e, na sua esteira, o repertório socialista somou-se ao autonomista. Como resultante dessa soma de forças, foram incluídas as pautas relativas típicas do repertório socialista, como políticas públicas e agenda redistributiva, enquanto que para os autonomistas a pauta foi estendida para além do transporte público, tornando-se efetivamente “mais que 20 centavos”, acrescentando a questão de gênero, dentre outras. Assim,

fica evidenciada a indignação difusa, a ambivalência dos discursos e a heterogeneidade das demandas e dos grupos participantes nas jornadas de junho (Bringel e Pleyres, 2015, p.7).

Bringel e Pleyres (2015) entendem que, em junho de 2013, a polarização ideológica estava anunciada nas ruas, fato observado a partir das agressões a manifestantes que portavam signos visuais identificados à esquerda. Entendemos, porém, que tal polarização estava inicialmente diluída na indignação e na heterogeneidade da multidão que ocupava as ruas. Observamos que a polarização política nasce nas ruas, no âmbito das multidões, e depois vai adquirir expressão nacional a partir da formação dos públicos, e vai se consolidando com o contínuo retorno às ruas. Destacamos que, nesse momento, quem vai para as ruas não é mais a multidão, mas um público organizado a partir da experiência da rua que vai ativar a dimensão afetiva fundamental para a participação política. Refletindo, com Tarde, nem sempre que explode a multidão seus estilhaços formam públicos, mas, como também mostra a experiência brasileira, todo público tem sua origem na multidão.

Se, no início, as manifestações foram convocadas por grupos ligados à esquerda (Movimento Passe Livre), rapidamente a agenda múltipla de reivindicações superou a classificação por espectro político: todo mundo foi para a rua, inclusive uma parcela da população que não tinha tradição de protestar, que não estava vinculada a partidos políticos, nem participava de movimentos sociais. Singer (2013), em seu estudo “*Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas*”, fez uma descrição da composição social dos manifestantes. No ato de 20 de junho, no Rio de Janeiro ela se distribuiu da seguinte forma:

1 – SOBRE A FAIXA ETÁRIA:

Mais jovens(12 a 24 anos)	41%
Idade intermediária (25 a 34 anos)	39%
Mais velhos (Acima de 35 anos)	20%

2 – Sobre a escolaridade:

Mais baixa (Ensino Fund.)	2%
Intermediária (Ensino médio / Superior incompleto)	20%
Alta (Superior completo)	78%

3 – Sobre a renda familiar mensal:

Mais baixa (Até 1 Sal. Mín.)	34%
Intermediária 1 (De 2 a 5 Sal. Mín.)	54%
Intermediária 2 (De 6 a 10 Sal. Mín.)	1%
Alta (Mais de 11 Sal. Mín.)	10%

De forma breve, as variáveis pesquisadas apontam para uma participação intergeracional, com predomínio dos mais jovens que somados a faixa etária intermediária constituíam cerca de 80% da base dos que estavam na rua. Considerando que 98% dos presentes na manifestação possuíam ensino médio e superior completo, pode-se afirmar a presença de um perfil, *“no mínimo, de classe média baixa (ensino médio) e com fortes tintas de classe média tradicional, dando sustentação à percepção de que as manifestações teriam sido expressão desse setor social”*. (Singer, 2013, p. 30). Quanto à renda, 88% dos participantes não possuíam renda familiar acima de cinco salários mínimos, o que nos leva a considerar que a escolaridade remete para a classe média tradicional, porém pelo viés da renda: *“seria a confirmação de que o novo proletariado ou precariado, conforme sugerido por alguns autores, foi para as ruas”*. (Idem, p. 31). Esses manifestantes foram para as ruas desvinculado de sindicatos, partidos políticos e outras instituições tradicionais de representação política e de classe, com a ideia de ser protagonista de suas reivindicações. Posteriormente, com o crescimento das manifestações, houve um deslocamento da pauta para reivindicações fortemente alinhadas com a direita, com destaque para o repertório patriota, marcado pelo uso massivo de *slogans* facilmente identificáveis, o que pode ser tomado como início da polarização que tomaria o país.

O campo patriota, conforme conceituado por Alonso (2017), estava presente desde o início das manifestações de 2013, apesar destas terem sido uma iniciativa do campo autonomista. A coexistência desses campos, e o consequente embate entre opiniões opostas, já estariam em estado latente na sociedade. Assim, as ideias de um mundo idealizado do passado e da tradição, dos valores nacionalistas e religiosos ou, ainda, da minimização do poder estatal e valorização do livre mercado, como forma de redução da pobreza e da garantia da liberdade, estavam há muito presentes no pensamento político brasileiro. Destacamos que para a consolidação do público à direita, foi necessária a construção de espaços que permitissem a criação de um elo entre os participantes, uma identificação de ideais. A construção de formação do público posicionado à direita

é um processo de reorganização das classes dominantes que lança suas raízes em meados dos anos de 1980 (...). A partir dos de 1990 e, principalmente, dos anos 2000, observa-se a paulatina substituição de uma postura mais contida e técnica por um discurso bem mais agressivo com uma forte pauta moralista. (Casimiro, 2018, p.41).

As manifestações se tornaram também uma arena de disputas de narrativas e lutas em torno dos signos tais como cores, bandeiras e objetos. Tais signos ajudaram a criar o sentimento de pertencimento, que torna possível afirmar a diferença, ou seja, há uma intencionalidade na exibição dos signos. Passamos a observar aqui não mais uma multidão, mas uma disputa de públicos envolvendo uma concorrência numérica, no sentido de estabelecer comparação entre as mobilizações, e no viés de comportamento - se foi pacífica ou violenta- o que concorreria diretamente para a disputa de legitimidade dos atos de cada lado, enquanto porta-vozes de uma verdade política. Assistimos no Brasil recentemente uma luta pelo significado do verde e amarelo, do vermelho, da bandeira nacional e outros objetos, como pontuado anteriormente, ou seja, afetos e símbolos que conformavam as posições e encenavam as disputas, culminando na consolidação de um público distinto da multidão.

3. A COMPOSIÇÃO DO NOVO PÚBLICO EM FORMAÇÃO

Existe um entendimento de que os grupos tradicionalmente reconhecidos como de direita são aqueles compostos pelos donos dos meios de produção, preocupados em defender seus interesses utilizando do poder que possuem para influenciar as instituições públicas e, que sempre atuaram na esfera política. Esta percepção não é equivocada, mas *“a ausência de um olhar mais interessado por sutilezas e tons de cinza impossibilita uma melhor compreensão sobre quem são e como agem as direitas, especialmente tendo em vista o papel desempenhado pela militância no processo político”*. (Rocha, 2018. p.47). Entendemos que não devemos imputar o avanço do público de direita exclusivamente aos acontecimentos das jornadas de junho de 2013, uma vez que se trata de um *“processo de reorganização das classes dominantes que lança suas raízes em meados dos anos de 1980*

e que tem como uma das suas manifestações, (...) o surgimento de um novo modus operandi de ação político-ideológica”. (Casimiro, 2018, p.41)

No início dos anos de 1980, no contexto do processo de redemocratização do país, foram criadas organizações com o intuito de divulgar os ideais dos grupos posicionados à direita. Assim, apresentaremos de forma sucinta as organizações que foram criadas com intuito de difundir tais ideais:

- a. Em 1983, o Instituto Liberal, que de acordo com seu *site*¹¹ tem como missão *difundir e defender o liberalismo, em suas diversas vertentes teóricas, e as vantagens de seus princípios e agendas para a sociedade*. As ações do instituto contemplavam publicações de livros, palestras, seminários, e após 2013, também passou a incluir avaliações diárias dos acontecimentos nas mídias digitais;
- b. O Instituto de Estudos Empresariais (IEE), criado em 1984, de acordo com seu *site*¹², tem como missão *“formar lideranças empresariais que se comprometam com o modelo de organização social e política para o Brasil baseado no ideal democrático de liberdades individuais, subordinadas ao Estado de Direito”*, também é responsável pela organização do Fórum da Liberdade. em 1988, que para Casimiro (2018, p. 42) é um dos *“mais importantes eventos da agenda de direita no Brasil”*;
- c. Os grupos econômicos industriais, em fins da década de 1980 e início de 1990, foram responsáveis pela produção de consenso sobre as reformas neoliberais. Para isso, foram criados: Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi), em 1989 e o Instituto Atlântico, em 1993. Ambos os Institutos têm discursos fundamentados em valores de uma economia de mercado, por um lado; por outro *“estão essencialmente entranhados na estrutura institucional do Estado”*. (Idem, ibidem);
- d. O Instituto Millenium, criado em 2007, é uma entidade sem vinculação político-partidária, que conta com um quadro de formadores de opinião e influenciadores, que promovem valores e princípios que garantem uma sociedade livre, com liberdade individual, economia de mercado, democracia representativa e Estado de Direito¹³;

¹¹Disponível em: <https://www.institutoliberal.org.br/quem-somos/>. Acesso em 10/04/2021.

¹²Disponível em: <https://www.iee.com.br/quem-somos>. Acesso em 10/04/2021.

¹³Disponível em: <https://www.institutomillenium.org.br/institucional/quem-somos/>. Acesso em 10/04/2021.

- e. O Grupo de Líderes Empresariais (Lide) foi criado em 2003. Tem como um de seus objetivos reunir recursos para atuação política de empresários, como ocorreu nas campanhas eleitoral do próprio presidente do grupo, João Dória. (Idem, p.43);
- f. Movimento Brasil Competitivo (MBC), fundado em 2001 *“leva para a sociedade civil o plano do governo de promover a competitividade e reformar o Estado”*¹⁴. Uma das principais pautas é a redução do Estado e o modelo privado de gestão como *“proposta modernizadora”*. (Idem, ibidem);
- g. Instituto Mises Brasil (IMB), criado em 2010, *“é uma associação voltada à produção e à disseminação de estudos econômicos e de ciências sociais que promovam os princípios de livre mercado e de uma sociedade livre”*¹⁵. Defendem a economia de mercado e a propriedade privada, além de fazer oposição às intervenções estatais nos mercados e na sociedade;
- h. Estudantes pela Liberdade (EPL), fundado em 2012, tem sua atuação voltada ao público jovem e universitário. Apoiava propostas liberais para o mercado e atuação do Estado na economia, Estado mínimo e fim do financiamento de políticas públicas redistributivas. (Gohn, 2017, vp.46);
- i. Igrejas evangélicas, que se tornaram uma força política no Brasil, a partir dos anos 1990, com o investimento *“das igrejas neopentecostais em prol da eleição dos seus pastores”*. (Miguel, 2018, pp. 20-21);
- j. Clube Militar – Fundado em 1887, tem como principais objetivos *“estreitar os laços de união e solidariedade entre os oficiais das Forças Armadas”, “defender os interesses dos sócios e pugnar por medidas acauteladoras dos seus direitos” e “incentivar as manifestações cívicas e patrióticas e interessar-se pelas questões que firam ou possam ferir a honra nacional e militar”*¹⁶.

As organizações supracitadas nos permitem verificar a existência de um público de direita, bastante consolidado e internamente diversificado, anterior a junho de 2013, que apesar de não constituírem um grupo homogêneo, apresentam algumas características em comum tais como: valorização da economia de mercado, Estado mínimo e moralização de costumes. Assim, recorreremos mais

¹⁴Disponível em: <https://www.mbc.org.br/sobre-o-mbc/>. Acesso em 10/04/2021.

¹⁵Disponível em: <https://www.mises.org.br/About.aspx>. Acesso em 10/04/2021.

¹⁶Disponível em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/FatosImagens/glossario/clube_militar. Acesso em 01/12/2021.

uma vez a Tarde (2005, p. XXX), pois para esse autor, as ideias já existiriam na sociedade, porém de forma difusa e seriam apropriadas por um “inventor”, que as mobilizaria de uma forma inovadora. Assim, as ideias de um mundo idealizado do passado e da tradição, dos valores nacionalistas e religiosos ou, ainda, da minimização do poder estatal e promoção dos valores de mercado, como forma de redução da pobreza e da garantia da liberdade, estão há muito presentes no pensamento político brasileiro. Tais ideias permitem a construção de um fio condutor que possa gerar vínculos, o que, para Tarde, é

(...) a consciência que cada um deles possui de que essa ideia ou vontade é partilhada no mesmo momento por um grande número de outros homens. Basta que ele saiba disso, mesmo sem ver esses homens, para que seja influenciado por estes tomados em massa, e não apenas pelo jornalista, inspirador comum, ele próprio invisível desconhecido e, por isso mesmo, ainda mais fascinante. (Tarde, 2005, p. 7).

Observamos que esses grupos já eram organizados antes de 2013 e seus interesses eram representados por associações de classe e partidos políticos. Podemos identificar também, trabalhadores precarizados (precarizado), o grupo dos religiosos, incluindo tanto evangélicos quanto católicos, no que diz respeito à pauta moral. Assim, como nos ensina Cepêda, (2018, p. 44) “*o amplo espectro da direita é realmente amplo, incluindo as variantes de modelos mais radicalizados (nazismo, fascismos), reacionários, autoritários, conservadores, até posições mais progressistas do liberalismo clássico (de tipo humanista)*”. Não podemos perceber a direita como um bloco homogêneo, sem atentarmos para suas cores e nuances que contêm “*formulações contraditórias e por vezes antagônicas*” (Cepêda, 2018, p. 50). O fato é que, a partir de 2013, surgiram grupos mais conservadores e ultraliberais, que se configuram como uma nova força de ocupação das ruas, porque visualizaram uma grande chance de protagonizar o cenário político, impor interesses e demonstrar insatisfação.

Consideramos oportuno distinguir grupos conservadores e reacionários. Os primeiros não querem que o Estado regule alguma matéria que possa impactar sua esfera privada, ao mesmo tempo em que não reivindicam agenda de costumes. Coutinho *apud* Cepêda (2018, p. 47) “*mantém como eixos do conservadorismo uma longa vinculação ao tema da prudência, na aceitação de uma ordem natural que condiciona indivíduos e instituições e na recusa das proposições de*

mudanças radicais e utópicas”. O Instituto Liberal¹⁷ entende que reacionários são aqueles que acreditam que exista um passado (próximo ou distante), no qual os problemas do presente, tais como pobreza e insegurança, não existiam. Para esse público, o mundo moderno é moralmente decadente, por isso sonham com um passado utópico, que nem sempre existiu de fato, refletindo o medo de mudanças. Podemos ainda identificar um outro grupo, formado por pessoas organizadas para difundir ideias moralizadoras, e “combater à dominação cultural imposta por ideologias revolucionárias”, como por exemplo, o *Vem pra Rua (VPR)* e o *Movimento Brasil Livre (MBL)*, ambos criados em 2014, que fazem parte dos novíssimos movimentos sociais.

Dentre os novíssimos movimentos, podemos citar o Movimento Passe Livre – MPL (2005), o Vem pra Rua – VPR (2014) e o Movimento Brasil Livre – (2014). Em 2013, o MPL, que “foi o ator mais importante na primeira fase dos protestos” (Secco, 2013, p.76), participou intensamente na convocatória *on line* para as manifestações, utilizando as redes sociais. Após a redução das tarifas pelas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo em 19 de junho, o MPL “saiu, estrategicamente, após 20 de junho de 2013, quando as manifestações atingiram seu objetivo principal em várias capitais” (Gohn, 2017, p. 32). A pauta do MPL difere dos movimentos sociais clássicos, tanto do movimento sindical, que atua para proteger os trabalhadores, quanto dos denominados novos movimentos, que surgem ao longo dos anos 70 e 80, em torno de questões urbanas, étnico-raciais, culturais, ambientais e de gênero.

De acordo com o seu *site*¹⁸, o Vem Pra Rua é um movimento suprapartidário, democrático e plural que surgiu da organização espontânea da sociedade civil em 2014, tendo a luta contra a corrupção como pilar principal. Seu manifesto¹⁹ é marcado pela indignação com a falta de ética na política e estimula a realização de manifestações “cívicas sempre ordeiras e pacíficas”. Defende o estímulo à liberdade econômica e o enxugamento do Estado, a fim de que o empreendedorismo e a livre iniciativa gerem riquezas e oportunidades para todos. Posiciona-se contra qualquer tipo de extremismo - separatismo, intervenção militar e golpe de Estado, fazendo farto uso de símbolos e repertórios nacionalistas.

¹⁷Disponível em <https://www.institutoliberal.org.br/blog/politica/conservadores-x-reacionarios-e-preciso-separar-o-joio-do-trigo/>. Acesso em 08/10/2020.

¹⁸Disponível em: <https://www.vempraru.net/o-movimento/>. Acesso em 21/12/21.

¹⁹Disponível em: <https://www.vempraru.net/o-movimento/manifesto.html>. Acesso em 21/12/21.

Outro grupo derivado da explosão de 2013 é o Movimento Brasil Livre (MBL), também criado em 2014. O perfil político do MBL mistura o liberalismo e o neoconservadorismo. Além de defender o livre mercado, combate direitos sociais e culturais modernos, como, por exemplo, as ações afirmativas raciais e de gênero, fazendo a defesa pública do Projeto de Lei Escola sem Partido. (Gohn, 2017, pp.46-49). Assim como o VPR, o MBL fez das redes sociais seu principal canal de comunicação com seus seguidores, empregando forte apelo nacionalista em suas convocações para os atos.

Cabe a pergunta: por que não se formou um novo público à esquerda? Os movimentos sociais que participaram das políticas públicas do Estado, nos anos 2000, não protagonizaram as manifestações no pós - junho de 2013, não formaram novos públicos, possivelmente, por conta da aliança com o governo estabelecido. As instituições e os respectivos canais de representação, atuavam como instância de legitimação e legalização dos objetivos políticos do governo, não conseguindo alcançar um teor inovador, nem apresentar proposta de renovação da política. Durante as gestões do PT, houve avanço significativo na criação de espaços de participação popular, incluindo a criação de treze novos conselhos nacionais e nove que foram reformulados, além da realização de quarenta conferências nacionais e três internacionais (Bezerra, 2017, pp. 18-22). Entretanto, para os movimentos sociais, a ascensão do PT ao poder executivo federal, significou a inserção de suas lideranças em órgãos estatais e em cargos de confiança, com ampla ocupação dos espaços institucionais de participação popular - conselhos gestores de políticas públicas e orçamentos participativos.

Neste contexto, a atuação das principais lideranças substituiu antigas estratégias de ação direta e confronto pela negociação e cooperação, implicando institucionalização de alguns movimentos sociais. O aumento real do salário-mínimo, a ampliação do acesso ao crédito e o investimento em obras de infraestrutura estimularam a economia e foram importantes para a incorporação de parte dos trabalhadores brasileiros ao mercado formal de trabalho. Entretanto, a massa de empregos criada caracterizava-se pela baixa remuneração e precariedade, sem uma melhoria substantiva nas condições de vida dos trabalhadores que dependem de transporte público e dos serviços públicos de educação e saúde. A situação econômica e social em particular da parcela jovem da população brasileira não se alterou significativamente. Embora essa parcela da população tenha hoje maior escolarização, ela tem trabalhado mais horas, em atividades que não correspondem à sua escolaridade e formação, e tem sido mal remunerada. Em

linhas gerais, o quadro de deterioração da economia e das condições de vida e trabalho dos brasileiros criou um ambiente para a organização e a mobilização de parcelas significativas da população (Ferraz, 2019, pp. 346-363).

Outro obstáculo à formação de um novo público à esquerda foram as denúncias de corrupção e a nova conjuntura econômica, provocando desgaste e descrença da população no governo e nos políticos, especialmente no governo federal. (Gohn, 2017, p.57). Destacamos ainda, que no contexto das manifestações de junho de 2013, foi editada a lei das organizações criminosas (Lei 12.850, de 02 de agosto de 2013), prevendo que a reunião de quatro ou mais indivíduos, para a prática de crimes cujas penas máximas sejam superiores a quatro anos, ou que sejam de caráter transnacional, seja autuada como organização criminosa. Assim, se tornou possível acusar os integrantes dos movimentos sociais de formarem uma organização criminosa, pelo simples fato de pertencer ou dirigir algum movimento. Exemplo emblemático ocorreu quando da greve dos professores em outubro de 2013, no Rio de Janeiro, quando a “*Polícia Civil do Rio anunciou que vai usar a nova Lei de Organização Criminosa, (...) e prevê punição de até 13 anos e quatro meses de prisão, para punir as pessoas flagradas em atos de vandalismo durante as manifestações promovidas na capital fluminense*, resultando na detenção de 190 pessoas, das quais 84 foram presas e 70 indiciadas pela lei das organizações criminosas.

Reiteramos que a nova direita, no Brasil não possui homogeneidade ideológica, comportando diferentes orientações, desde a influência monetarista da Escola de Chicago até vertentes mais fundamentalistas. Neste sentido, poderíamos dizer que “*A direita é uma árvore composta por diferentes raízes*”. (Tatagiba, 2018b, p. 94). Encontramos raízes neoliberais, matizes conservadores, classes populares em ascensão, empresários cuja ligação é pragmática e instigada pela percepção de um inimigo em comum. A imitação, no sentido tardeano, é o que garante a coesão entre os diferentes grupos. Considerando que “*(...) as imitações percebidas pela estatística (...) são imitações realizadas*” (Tarde, 2005, p. XXIX), para os públicos identificados à direita era importante se perceber numericamente como uma força maior do que individualmente as pessoas seriam capazes de imaginar. Ao lado das narrativas e imagens construídas após as jornadas de junho, tecnopolíticas como estatísticas e mapas teriam um papel fundamental na consolidação do novo público, ajudando a correlacionar expressão numérica e grandeza moral, através de métricas e parâmetros de objetividade (Camargo,

Daniel, 2021, pp. 67-73; Camargo, 2022, pp. 25-27). É o que veremos a seguir, ao examinarmos os atos que sucederam a reeleição de Dilma Rouseff.

4. BATALHA DOS NÚMEROS E CARTOGRAFIAS DO IMPEACHMENT: A CONSOLIDAÇÃO DO NOVO PÚBLICO

Em 2015 e 2016, existiram manifestações a favor e contra o *impeachment* da presidente reeleita. Aquelas favoráveis eram protagonizadas pelos novíssimos movimentos sociais e lideradas pelo Movimento Brasil Livre (MBL) e Vem Pra Rua (VPR), e contaram com apoio da mídia convencional, além de expressiva atuação nas redes sociais. Na pesquisa realizada nos jornais *Folha de São Paulo* e *O Globo*, principalmente, observamos diferença na escala da divulgação das manifestações favoráveis e contrárias ao *impeachment*. Para as que apoiavam, as capas dos jornais mostravam fotos que ocupavam toda a página, com imagens que não limitavam o campo visual. Além disso, havia destaque para o número de manifestantes, visando superdimensionar a adesão da maioria da população brasileira ao *impeachment*. Para as manifestações contrárias, o que notamos foi a pouca expressividade nas capas dos jornais que utilizaram imagens cujos ângulos delimitavam os manifestantes no espaço, além de destacar um menor quantitativo de manifestantes apontando o baixo apoio à presidente Dilma.

4.1 – AS MANIFESTAÇÕES CONTRA A PRESIDENTE DILMA ROUSSEFF

O ano de 2014 foi marcado pela reeleição da presidenta Dilma Rouseff cuja vitória foi obtida com pequena vantagem (51,64% dos votos válidos) contra seu oponente, Aécio Neves (48,36%), mostrando o quanto a campanha eleitoral foi acirrada²⁰. Para Gohn (2017, p. 62), “ (...) o próprio resultado do pleito demonstra-nos uma grande divisão na sociedade. Essa divisão se refletirá nas manifestações de março de 2015, gerando duas correntes de protestos”, destacamos que, em dezoito de dezembro, o partido derrotado PSDB ingressou no Tribunal Superior Eleitoral - TSE com o pedido de anulação da eleição, indicando a grave crise po-

²⁰Disponível em: <http://www.tse.jus.br/imprensa/noticias-tse/2014/Dezembro/plenario-do-tse-proclama-resultado-definitivo-do-segundo-turno-da-eleicao-presidencial>. Acesso em 20/09/2021.

lítica que estava por se instaurar. Acrescente ao cenário político hostil, o aguçamento da crise econômica, notícias de corrupção ocupando as capas dos jornais, além de aumento no desemprego e na insatisfação com o governo.

Em 15 de março, ocorrem manifestações em várias cidades pelo “Fora, Dilma”. De acordo com o *Jornal Folha de São Paulo*, “O protesto contra Dilma Rousseff (PT) atraiu 210 mil pessoas no domingo (15), na maior manifestação política já medida pelo Datafolha após as Diretas Já, em 1984, quando 400 mil tomaram a Sé”. Se estiveram 210 mil pessoas na avenida Paulista, no mesmo jornal, para o mesmo evento, “a Polícia Militar calculou em 1 milhão o número de participantes(...)”. No Rio de Janeiro, “o maior ato ocorreu na orla de Copacabana, onde mais de 15 mil manifestantes fecharam a avenida Atlântica, segundo oficiais da Polícia Militar (...) os organizadores disseram ter reunido ao menos 50 mil pessoas”²¹. A quantificação das manifestações e suas dimensões revela que os números atuaram como mediador simbólico, ao exprimirem a intensidade da adesão a uma das causas em disputa. Novamente, seguimos Tarde, para quem:

a estatística enumera a repetição de um comportamento social, isto é, sua adoção, mais ou menos consciente, pelo grande número. Mas seu interesse maior não está no simples registro do que acontece num dado momento (...); está, ao contrário, na medida da *propagação* (...) de uma votação, etc., no interior de uma *mesma comunidade*. (Tarde, 2005, p. XXVI).

Nesse cenário, as manchetes de jornais reafirmaram o anseio de um segmento da população pelo *impeachment*, amparando-se na grandeza dos números então apresentados: *Jornal O Globo* “Em todo o país, 2 milhões vão às ruas contra o governo”²² e *Folha de São Paulo* “Fora, Dilma’ reúne 210 mil em São Paulo e multidões no país”²³. Evidenciamos que, em tal contexto, não seria pertinente falarmos de multidão, mas de um público posicionado à direita, internamente heterogêneo, formando por donos de meios de produção, evangélicos, conservadores e reacio-

²¹Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20165&anchor=5984056&origem=busca&originURL=>. Acesso em 20/09/2021.

²²Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020150316>. Acesso em 20/09/2021.

²³Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20165&anchor=5984056&origem=busca&originURL=>. Acesso em 20/09/2021.

nários²⁴: “apesar das divergências e da multiplicidade dos públicos que coexistem e se misturam numa sociedade, tais públicos parecem formar juntos um único e mesmo público, por seu acordo parcial em pontos importantes”(Tarde, 2005, p. 26).

Neste caso, o ponto principal foi o antipetismo. As imagens que se seguem mostram manifestantes predominantemente vestido de verde e amarelo, deixando clara sua posição à direita do espectro político, “que acabou por monopolizar o uso do verde-amarelo e, por esta via, procurou se constituir na única portadora de uma narrativa legítima sobre o Brasil”. (Guedes e Silva, 2019, pp.12-18). A imagem mostra ainda a manifestação de 15 de março em cinco capitais brasileiras, em lugares abertos permitindo visualizar pessoas em uma dimensão espacial de ocupação infinita, conferindo consistência visual aos grandes números apresentados. As construções foram enquadradas em segundo plano, sem delimitar a área ocupada pelas pessoas. Em 2013, sempre em algum momento das manifestações, se instaurava um ambiente de tensão, uma vez que as autoridades políticas não buscavam a mediação, enviando a polícia cujo aparato cria uma sensação de violência latente. Em contrapartida, no #foradilma a atuação era diferente, a sensação descrita por manifestantes era de que os policiais estavam presentes visando a proteção dos presentes aos atos.

²⁴O público de direita formado pelos evangélicos, conservadores e reacionários solidificaram a retórica moralizadora com pautas voltadas para a pátria, religião, família dentre outros valores da sociedade dita tradicional. Essa fração do público de direita se apresentava ao mesmo tempo “ferido pelo que se passou e como aquilo que tem que voltar, se impor, para que a sociedade, a economia, a política se reergam, reajam aos sinais de corrupção e de decomposição do tecido social” (Burity, 2018, p.21). Ainda que fossem aliados no período 2013/2016, cada um destes grupos tem objetivos diferentes. O termo “evangélicos” representa uma aliança intrarreligiosa formada por protestantes conservadores dirigida por líderes pentecostais cujo objetivo é conquistar uma representação eleitoral autônoma cujo sucesso foi desenhando uma pretensão de tornarem-se governo. (Burity, 2018, pp. 33-49).

FIGURA 4 – JORNAL O GLOBO, 16 DE MARÇO DE 2015



Fonte: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020150316>. Acesso em 21/09/2021.

Em 12 de abril, ocorreu a segunda manifestação a favor do *impeachment*. A manchete da *Folha de São Paulo*: “Manifestantes voltam às ruas com menos força; ato em SP tem 100 mil”²⁵. O número de participantes foi objeto de discussão da mídia, uma vez que poderia representar uma mudança na opinião e adesão ao *impeachment*, a partir da comparação com o número de participantes na mobilização de 15 de março. Aquele veículo de comunicação aponta possíveis causas para o esvaziamento desta manifestação, em relação àquela ocorrida em março, como por exemplo “as pessoas achavam que Dilma sofreria o *impeachment* logo depois. Como isso não aconteceu, elas desestimularam(...)”. Realçamos que esta manifestação resultou na criação da Aliança Nacional de Movimentos, que articulou 26 movimentos, dentre os quais os “novíssimos”. Esta aliança elaborou um documento contendo uma pauta de reivindicações intitulada “Carta do Povo Brasileiro”. O conteúdo da carta aponta o PT como o inimigo

²⁵Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20193&anchor=5987295&origem=busca&originURL=&pd=a65182abfb2c9b95d2972dae0d85b36f>. Acesso em 21/09/2021

a ser combatido: *Vivemos um quadro assustador de corrupção no seio dos poderes constituídos. Há 12 anos, ela se tornou sistêmica e se institucionalizou na máquina pública em níveis sem precedência (...)*²⁶.

A terceira manifestação pelo *impeachment*, em 16 de agosto de 2015, motivou a seguinte manchete no Jornal *Folha de São Paulo*: “*Novos protestos mantêm Dilma sob pressão; SP mobiliza 135 mil – Ato em todos os Estados pedem impeachment da presidente, prisão de Lula e elogio o juiz Moro*”²⁷. Observamos nas matérias publicadas pelos jornais, que as manifestações no âmbito das multidões de 2013 apresentavam um número menor de participantes do que aquelas em que já se observava um público consolidado de direita. Neste caso, a propagação das ideias inerentes ao público de direita “*conduz naturalmente à ideia de uma quantidade social (...) a opinião deixa de ser uma realidade individual para se tornar um fato antes de mais nada coletivo*”. (Tarde, 2005, p.XXV).

Em ações subsequentes, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) reabriu ação que pedia cassação da chapa Dilma/ Temer (06 de outubro de 2015)²⁸; o Tribunal de Contas da União (TCU) recomendou a reprovação das contas do governo por “pedaladas fiscais” (07 de outubro de 2015)²⁹. Nos dias seguintes, parlamentares da oposição entregam pedido de *impeachment* (21 de outubro de 2015)³⁰; e o Presidente da Câmara autoriza abertura do processo de afastamento da presidenta (02 de dezembro de 2015)³¹. A quarta manifestação pelo *impeachment* ocorreu em treze de dezembro. A *Folha de São Paulo*, noticiou que este ato contou a “*menor adesão*”, que foi atribuída pelos organizadores ao início do processo de *impeachment*, e que o protesto foi tratado como “*uma prévia e já convocam outro ato para 13 de março*”³². Nesse cenário, o tema do afastamento da presidente assumiu centralidade nas manifestações de 2015.

²⁶Disponível em: <https://veja.abril.com.br/politica/organizadores-de-protestos-contra-dilma-entregam-reivindicacoes-ao-congresso/>. Acesso em 21/09/2021.

²⁷Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20319&anchor=5999135&origem=busca&originURL=&pd=2814ac5892d38391fb567664de10fc32>. Acesso em 21/09/2021.

²⁸Disponível em: <https://acervo.oglobo.globo.com/consulta-ao-acervo/?navegacaoPorData=201020151007>. Acesso em 21/09/2021.

²⁹Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20371&anchor=6004149&origem=busca&originURL=>. Acesso em 21/09/2021.

³⁰Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20385&anchor=6005306&origem=busca&originURL=>. Acesso em 21/09/2021.

³¹Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20427&anchor=6010016&origem=busca&originURL=>. Acesso em 21/09/2021.

³²Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20438&anchor=6011096&origem=busca&originURL=&pd=e3aca4c281f367fdc3bc3f162d8762dd>. Acesso em 21/09/2021.

Em seguida, na 24ª operação da Lava Jato, o ex-presidente Lula foi conduzido de forma coercitiva para prestar esclarecimentos na sede da Polícia Federal em Curitiba, aumentando o clima de tensão do conflito, levando à realização de uma manifestação em treze de março de 2016 a favor do *impeachment*. Neste ano, pela primeira vez, grupos organizados de conservadores, empresários e anarco-capitalistas foram os principais promotores das manifestações e buscavam ser embaixadores deste público. O MBL e o VPR, que atraíram milhares de pessoas às ruas, conseguiram conquistar “*as emoções e subjetividade coletiva, trabalharam temas como a indignação em face das denúncias de corrupção, rejeição à política (plantada em 2013) e o descontentamento popular (desemprego, retorno da inflação, insegurança etc)*” (Gohn, 2017, p. 71). A manifestação de treze de março foi amplamente noticiada pela mídia convencional (fig. 5):

FIGURA 5 – JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 14 DE MARÇO DE 2016



Fonte: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20529&anchor=6018187&origem=busca&origemURL>. Acesso em 16/10/2

O ângulo da fotografia de capa do jornal novamente corroborou a grandeza do ato, conferindo o título de “a maior observada no país”. Se por um lado está limitada pelos edifícios, por outro não se consegue observar o final, conduzindo o olhar do leitor ao infinito. A simbologia cartográfica utilizada também foi um elemento que favoreceu a percepção de havia um novo público de direita consolidado. Observamos que o mapa está dividido pelos estados da federação distribuindo as manifestações de modo a indicar uma força nacional a favor do *impeachment*. Segundo Brian Harley, “a cartografia pode ser também uma forma de conhecimento e de poder. (...), pode acontecer que algumas implicações práticas dos mapas caiam também na categoria que Foucault qualifica como atos de vigilância (...) à propaganda política”. (Harley, 2009, s/p).

De acordo com o Jornal *Folha de São Paulo*³³, “atos contra o governo federal aconteceram em mais de 121 cidades³⁴. Destacamos que o símbolo (ponto) para indicar a ocorrência das manifestações é único, como todas tivessem tido a mesma dimensão, além de apresentar uma linha de divisas esmiuçada, dotando de homogeneidade espacial o desejo pelo *impeachment*, em sua distribuição pelo território nacional. Verificamos uma concentração de manifestações no eixo Santa Catarina – Rio de Janeiro (Macrorregiões Sul/Sudeste), tornando-se mais rarefeita na medida em que avança para as macrorregiões Centro-oeste, Norte e Nordeste. No caso específico do Rio de Janeiro, face às suas dimensões territoriais, o mapa nos leva a crer que aconteceram manifestações em todo o território do estado, sugerindo que este estado seria fortemente favorável ao *impeachment*. Outra informação interessante, diz respeito à representação numérica das concentrações - “As maiores concentrações já medidas”. Nesta chamada, são estabelecidas duas categorias de eventos: “política” e “não-política”. Na primeira, estão elencadas as “Diretas Já” e três dos atos pró-*impeachment* (15 de março – 210 mil e 16 de agosto de 2015 - 135 mil participantes / SP; 13 de março de 2016 / SP). Na categoria “não política” estão: Visita do Papa Francisco (25 de julho de 2013 / RJ), contando com 865 mil participantes; Marcha para Jesus (14 de julho de 2012 / SP), totalizando 335 mil pessoas, Parada Gay (10 de junho de 2012 / SP)

³³Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20529&anchor=6018188&origem=busca&originURL=&pd=455b289edd24e1cab5b0907f601ac3e6>. Acesso em: 26/12/21.

³⁴O IBGE define como cidade a localidade onde está sediada a Prefeitura Municipal. Considerando que o Brasil tem 5.568 municípios, portanto, o mesmo número de cidades. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/apps/snig/v1/notas_metodologicas.html?loc=0. Acesso em 20/12/2017. No caso em questão, 121 cidades representam aproximadamente 2% do total de cidades, porém o mapa apresentado na capa de jornal leva a inferir uma forte adesão ao *impeachment*.

com 270 mil presentes, e, de forma bastante curiosa, as Jornadas de Junho (20 de junho de 2013 / SP), somando 110 mil participantes. A classificação deste último evento como “não-política” sugere uma diminuição da relevância e do número de manifestações que conformaram as Jornadas de Junho. Assim, a multidão de 2013, inicialmente mobilizada pela esquerda, perde importância diante do enquadramento subsequente dos eventos pelo novo público de direita. Os números apresentados foram produzidos pelo Instituto Datafolha.

A manifestação de treze de março consagrou a consolidação de um público, que se apropriou de símbolos nacionais, especialmente, da bandeira e hino, bem como das cores verde e amarelo para legitimar seu posicionamento político, ideológico e moral. Para Guedes e Silva (2019, p.4) isso decorre da necessidade de buscar “fontes de emanção simbólica que tornem possível tocar o coração da nação, suscitando nela as mais genuínas emoções”. Observamos um novo movimento de apropriação política do verde e amarelo, marcado pelo sucesso do novo público de direita em incorporar um símbolo de união coletiva e de construir um sentimento de identificação desse público com o país: estava plenamente estabelecida a polarização, com a divisão da população entre aqueles que amam o país e os símbolos que o representam (público de direita) e aqueles que lhes são alheios.

4.2 – AS MANIFESTAÇÕES CONTRA O IMPEACHMENT

Aconteceram três manifestações contra o *impeachment* em âmbito nacional, três em 2015 e uma em 2016. Cabe lembrar, com Tarde, que quanto menor for o espaço para a disseminação da ideia/opinião, mais chances essa ideia terá de não se tornar um fato social, não criando legitimidade nem se institucionalizando. Observamos que nas notícias veiculadas nos jornais, haviam artifícios cujo objetivo era diminuir a visibilidade dos eventos. Analisaremos as capas de jornais, apontando os signos nelas destacados, os cartogramas e os números divulgados nos jornais, atribuídos por organizadores, institutos de pesquisa e Polícia Militar, como no quadro que segue:

TABELA 1 - A BATALHA DOS NÚMEROS: O TAMANHO DAS MANIFESTAÇÕES

Data	Lugar	Organizadores (nº manifest.)	Datafolha (nº manifest.)	Pol. Militar (nº manifest.)
13 de março	Brasil São Paulo	169.000 100.000	--- 41.000	26.050 12.000
20 de agosto	Brasil São Paulo	207.000 ---	---- 37.000	62.000 ----
16 de dezembro	Brasil São Paulo	217.000 ---	---- 55.000	40.007
18 dezembro (2016)	Brasil São Paulo	1,3 milhões 500 mil	---- 95 mil	278.006 80.000

Fonte: Elaborado por Katia Ramos (2022)

Evidenciamos que os números foram construídos a partir de metodologias diferentes, o que fica evidente face à discrepância observada entre eles. Para Tarde (2005, p. XXII), o uso de uma opinião define seu valor de verdade. A verdade não é a justeza, é uma quantidade. Por isso o vínculo social (...) é a opinião pública e não uma verdade determinada”. Números e mapas também atuaram como mediadores simbólicos, permitindo aos participantes se reconhecerem como grupo de interesse, que partilha valores e ideias.

FIGURA 6 – JORNAL FOLHA DE SÃO PAULO, 14 DE MARÇO DE 2015

FOLHA DE S. PAULO

Desde 1921 folha.com.br

UM JORNAL A SERVIÇO DO BRASIL

DIRETOR DE REDAÇÃO: OTAVIO FRIAS FILHO EDIÇÃO SP/DF • CONCLUÍDA ÀS 23H57 • R\$ 3,50

ANO 95 • SÁBADO, 14 DE MARÇO DE 2015 • Nº 31.301

Manifestantes incluem as reformas política e agrária, programas pró-moradia e manutenção de benefícios trabalhistas entre as reivindicações da marcha na rua da Consolação, em SP

Atos defendem Dilma, mas criticam governo

Protesto de grupos de esquerda reuniu 41 mil pessoas em SP, diz Datafolha

Os protestos organizados pela Frente Socialista (FS), pelo MST e por outros movimentos em todo o Brasil chegaram nesta sexta-feira (13) à maior cidade do país, São Paulo. Com o apoio de grupos de esquerda, os atos por sua vez foram marcados por um discurso crítico ao governo Dilma Rousseff (PSB), mas focaram críticas à política econômica do governo petista.

As principais bandeiras foram a defesa da Petrobras, do plano de desvios de recursos, e o oposição ao ajuste fiscal do Planalto, que restringe benefícios trabalhistas, como o salário-família. O líder do grupo, o deputado federal João Pedro Stedile disse que o ministro José Serra (PMDB) era um capitulador infiltrado no governo.

Ativistas criticaram ações pelo impeachment de Dilma Rousseff, mas o que eles não impediu cobranças pelas reformas agrária e política.

Para o líder do governo, os atos não foram protestos de desconfiança e arreio, mas tiveram confrontos que produziram milhares de opositores.

Policiais estimaram a participação de 40 mil pessoas em todo o país. Os organizadores falam em 70 mil. Em São Paulo, local do maior protesto, foram calculadas pelo menos 41 mil.

Em rede social, o presidente do PSB, Antonio Neves, incentivou a participação nos atos de amanhã. **Postar A4**

Planalto errou na comunicação com o país, diz ministro

O governo Dilma precisa se comunicar melhor com a sociedade, tanto na questão do ajuste fiscal quanto em desdobros políticos. A afirmação do ministro Ricardo Lewandowski (PMDB) foi feita em entrevista à Folha, que disse que o ministro queriam "de ouvir a verdade". Depois, porém, disse a rede socializada a verdade. **Colunista A4**

Protestos atingem 23 capitais

Contagem de manifestantes na cidade de São Paulo

Participação média	43 mil
Participação máxima	100 mil
Organizações	100 grupos
Em cartazes	12 mil

É possível que a partir da semana a democracia estabelecida nos anos 1990 passe a viver medida teste de estresse. Com o fortalecimento do governo e com o apoio do sistema de controle, a hora da direita pode ser chegada. No momento, esse tipo de possibilidade não é uma hipótese. **Opinião A2**

Democracia pode passar a viver teste de estresse

ANDRÉ SINGER

DILMA, ISSO É TRAIÇÃO! Abaixo as MPs 664 e 665 esquerda marxista

crítica a duas medidas provisórias do ajuste fiscal

Sheila Bock Elmer, 68a, é ativista que organiza reuniões de resistência ao ministro no Alagoas

FETTERIAS **Sábado A2**

Leita "Processo espartano", acordo de comércio no novo Código de Processo Civil, "Machadistas na CPI" e o episódio de desrespeito de Eduardo Cunha.

FOLHINHA **Volta da democracia no Brasil completa 30 anos; entenda o que isso tem a ver com você** **14a, 1**

COTIDIANO **Giuseppe Minichien se aposentará; duas possibilidades no mês que vem, em São Paulo** **14a, 1**

ILUSTRADA **Penicilina encontra poema desconhecido de Machado de Assis adolescente** **14a, 1**

Faculdades federais atrasam contas e cortam serviços

O corte de verbas na educação aprovou a crise nas universidades federais. A UFPA atrasa pagamento de R\$ 40 milhões. O governo diz que normalizará os pagamentos neste mês. **Colunista C2**

Dólar vai a R\$ 3,25 com manifestações e juros dos EUA

O dólar subiu pelo terceiro dia e fechou a R\$ 3,25, o maior desde abril de 2003. A maior alta em um dia ocorreu após o anúncio de juros mais altos pelo país, à expectativa de uma taxa de juros mais alta em 2015, e o embate entre o ministro Lewandowski e o ministro Joaquim Leites (PSB) sobre o reajuste fiscal. **Marcado B1**

ATMOSFERA **Catolinas C2**

Chuva e ventos fortes em São Paulo

FALL COM A FOLHA

1º COLOCADO

ELEITO O MELHOR CARRO DA CATEGORIA

PELO ID, POWER TDS, ESTADOS UNIDOS, A FREITE DAS MELHORES MARCAS DO MUNDO.

ELANTRA

2.0 FLEX 138 CV

100% de satisfação de clientes

IPÍ REDUZIDO

5 ANOS

Fonte: <https://acervo.folha.com.br/leitord.do?numero=20163&anchor=5983672&origem=busca&origemURL=>. Acesso em 02/11/2021.

Verificamos que os manifestantes entendiam como uma traição do governo as Medidas Provisórias 664 e 665 de 2014, que alteravam as regras de acesso a benefícios sociais, casos do seguro-desemprego, abono salarial, pensão por morte e auxílio-doença. A capa do jornal mostra uma imagem na qual se pode perceber uma delimitação dos manifestantes entre as construções e os marcos físicos, como um evento de “menor importância”, com pouca adesão da população, recurso oposto ao empregado nas imagens que estamparam as capas e reportagens sobre as manifestações antigoverno. As bandeiras do MST aparecem em primeiro plano, há uma solitária bandeira brasileira e a cor vermelha é predominante, seja nas bandeiras ou nas roupas dos manifestantes. Para Jasper (2016,

p. 87), “*transmitimos declarações por meio de nossas roupas, desde certas cores que representam uma aliança ou um partido político (...), passando por acessórios como bótons ou camisetas com slogans ou imagens (...)*”. O PT e outras entidades alinhadas utilizam o vermelho como símbolo, especialmente nas bandeiras. Considerando que o PT e a esquerda de modo geral foram apontadas pela mídia e redes sociais como inimigos do Brasil, a “mancha” vermelha que se destaca nas capas dos jornais (Fig. 6) pode movimentar afetos, gerando uma repulsa pelos grupos de esquerda, identificados ao antinacionalíssimo, aqui representado pela antítese vermelho / verde-amarelo. Para Guedes e Silva (2019, p.11), “*o vermelho funciona como a contraparte de um sistema de oposições que tem do outro lado as cores verde e amarelo, cuja reconhecida força simbólica viabiliza o englobamento do seu contrário*”.

Para além das mensagens contidas nas imagens dispostas na capa, ressaltamos o uso da informação cartográfica, que apresenta um mapa político do Brasil, com a identificação dos estados bem delimitada, refletindo agora a ideia de uma fragmentação da população quanto ao *impeachment*. O mapa sugere que, mesmo nos atos a favor do governo, não haveria consenso sobre sua aprovação. Os pontos (símbolos) utilizados para identificar as localidades em que ocorreram manifestações contra o *impeachment* são distribuídos de forma a indicar a ocorrência de apenas uma manifestação por estado da federação. O conteúdo dos mapas tem tendência a criar distorções em relação à realidade, que são geralmente medidos em relação a uma norma de objetividade, oriunda dos métodos cartográficos. Nesse sentido, existe a ideia de que os mapas são produtos científicos, que reproduzem uma imagem exata do mundo que representam. Para Harley (2009, s/p)

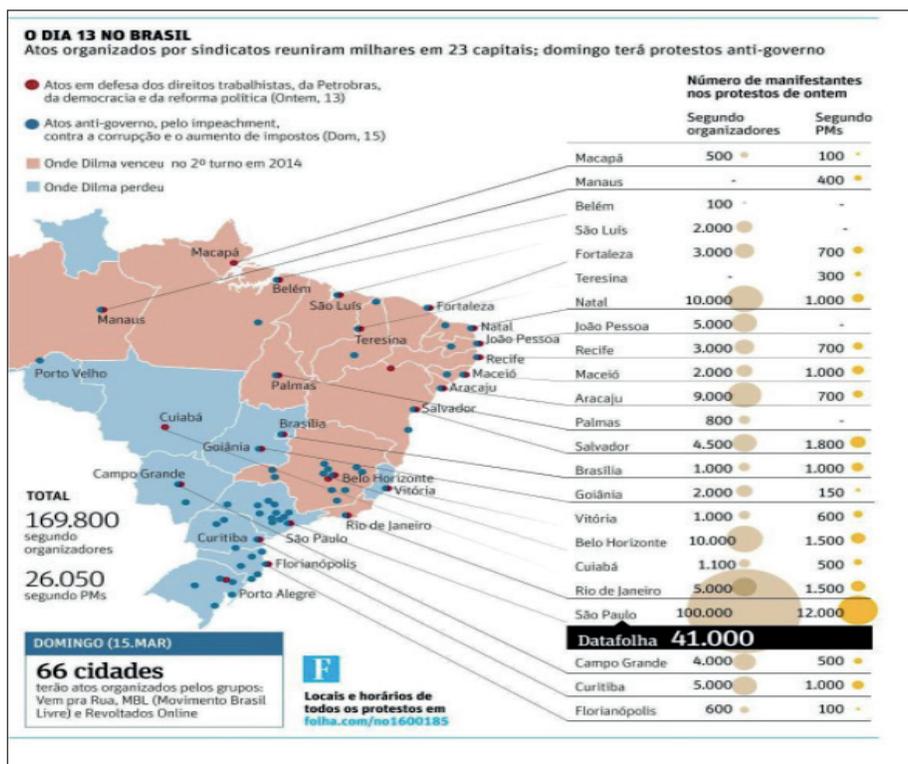
(...) pode-se encontrar distorções intencionais do conteúdo dos mapas com fins políticos; o cartógrafo, nunca foi um artista, um artesão ou um técnico independente. Por trás do criador dos mapas se esconde um conjunto de relações de poder, que cria suas próprias especificações. Sejam impostas por um particular, pela burocracia, ou pelo mercado, estas regras podem, às vezes, ser reconstruídas a partir de um conteúdo de mapas e do modo de representação cartográfica.

No mesmo Jornal (p. A4), encontramos o cartograma que mostra em primeiro plano, uma divisão em duas cores: azul, que representa os estados em que a presidenta perdeu as eleições e, rosa, onde ganhou. A este mapa foi acrescentado mais uma camada de informação que diz respeito à ocorrência de manifestações. Os pontos vermelhos indicam “atos em defesa dos direitos trabalhistas, da Petrobras, da democracia e da reforma política”, sem, porém, identificá-los explicitamente como mobilizações contra o *impeachment*; os azuis mostram “atos contra o governo, pelo *impeachment*, contra a corrupção e o aumento dos impostos”. Observe-se ainda, que esta é uma edição publicada em 14 de março de 2015 e, em verdade, à época, somente havia ocorrido o ato da véspera. As manifestações representadas pelos pontos azuis, ainda não haviam ocorrido, portanto, são expectativas de futuro sobre os atos que então estavam apenas convocados, antecipações de fatos ainda não ocorridos. E assim, essas ideias foram veiculadas por jornais de grande circulação, uma imposição persuasiva, como nos diria Tarde (2005, p. XXI):

o cidadão dos tempos novos orgulha-se de fazer uma *livre escolha* entre as proposições eu lhes são feitas; mas, em realidade, a que segue, é aquela que responde melhor a suas necessidades, a seus desejos, que preexistem a e resultam de seus hábitos, seus costumes, todo o seu passado de obediência. (...) Tanto ontem como hoje não escolhemos realmente nossas opiniões.

Assim, a produção de narrativas visuais e cartográficas mostra-se uma variável pouco estudada, porém fundamental, no processo de construção de um público à direita e de obstrução de um público à esquerda.

FIGURA 7 - CARTOGRAMA REUNINDO MANIFESTAÇÃO DE 13 DE MARÇO E A EXPECTATIVA DO ATO DE 15 DE MARÇO DE 2015



Fonte: Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20163&anchor=5983680&origem=busca&origemURL=&pd=ee346d9be911c9e5a46cfe6fb6245744>. Acesso em 27/12/21.

Destacamos que na tabela apresentada na Figura 7, uma representação de figura proporcional, quanto maior o diâmetro da circunferência, maior o número de manifestantes. Neste caso, a cor utilizada para representar o número dos organizadores (maior) é um sépia esmaecido, enquanto que a cor escolhida para a representar o número da Polícia Militar (menor) é um amarelo vibrante. Considerando que a comparação entre os tamanhos dos símbolos é fundamental para a leitura das informações, a escolha das cores foi estratégica para chamar a atenção dos leitores para o menor número de participantes. No que se refere aos números de manifestantes apresentados, de acordo com os organizadores, compareceram um total de 169.800 manifestantes. Para as Polícias Militares dos

estados, 26.050, valor que equivale a aproximadamente 15% do total estimado pelos organizadores.

Mais uma vez, os números vão para os jornais e são convertidos em estatísticas, traduzindo as quantidades em peso político e grandeza moral, e, assim, tornando-se o “*olho da sociedade, verdadeiro órgão social*” (Tarde, 2015, XXX). Além disso, oferecem a dimensão de cada grupo em disputa, subsidiando as imagens que mostram um “inimigo” homogêneo e sectário, cuja expressão numérica, porquanto minoritária, não representaria a verdadeira opinião pública nacional.

Os manifestantes questionam a política econômica, porém não são contra o governo e nem favoráveis ao *impeachment*, causando uma ambiguidade que “*fragilizava essa corrente*” (Gohn, 2017, p. 62). Destacamos que no início de 2015, havia um cenário que mesclava as crises econômica e política, levando a presidenta a reagir e responder às determinações do mercado, contrariando as promessas feitas na campanha eleitoral. Essa ambiguidade pode ser um dos elementos que nos ajudam a entender por que não se formou um novo público à esquerda, pois o elemento de coesão estava pulverizado em temas diversos. Em agosto, o Instituto Datafolha estimou para São Paulo 37 mil manifestantes enquanto que os organizadores em 207 mil e a Polícia Militar em 62 mil. Esses números têm por objetivo “*esclarecer o movimento de uma sociedade, revelando o sentido e a intensidade nos grandes domínios da vida social*” (Tarde, XXVI). Assim, visando obter maior adesão da população para os atos anti-*impeachment*,

(...) o setor socialista acelerou a campanha #nãovaitergolpe. Sindicatos, movimentos e pequenos partidos de esquerda investiram em atos simultâneos e sequenciais. Mas a militância petista ainda fazia corpo mole na defesa da presidente, por conta de sua agenda de ajuste fiscal. (Alonso, 2017, p. 56).

Em dezesseis de dezembro, mais uma manifestação de expressão nacional contra o *impeachment*. A capa do Jornal *Folha de São Paulo* utilizou dos mesmos recursos das capas anteriores, como a “mancha” vermelha, imagem de curto alcance visual e destaque para uma entidade alinhada à esquerda, como a Central Única dos Trabalhadores (CUT) com o destaque para os seus balões vermelhos.

Para este ato, o Instituto Datafolha estimou 55 mil manifestantes em São Paulo, enquanto que os organizadores 270 mil e a Polícia Militar três mil, na

mesma cidade³⁵. Em março de 2016, mais uma manifestação contra o *impeachment*, que foi notícia na capa do jornal *Folha de São Paulo* (fig. 8). Na fotografia, mesmo com um ângulo de maior extensão, observa-se um distanciamento que não permite visualizar as pessoas, apenas a mancha vermelha delimitada pelos prédios. A manchete diz “Ato pró-governo reúne 95 mil na paulista, calcula Datafolha”; em letras menores, vem informando que no ato do dia 13, “500 mil pediram saída de Dilma”. Desta vez, com a proximidade da votação do *impeachment*, a disputa pelos números veio para a capa, como um lembrete de que existem muito mais pessoas favoráveis do que contra. As manifestações de março de 2016 foram aquelas em que a disputa de números se mostrou mais acirrada e relevante, pressionando a votação do *impeachment*.

FIGURA 8 – FOLHA DE SÃO PAULO, 19 DE MARÇO DE 2016



Fonte: Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20534&anchor=6018614&origem=busca&originURL=>. Acesso em 02/11/21

³⁵Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitor.do?numero=20441&anchor=6011231&origem=busca&originURL=&pd=991d81214770de9f732b1f7c720b7a4d>. Acesso em: 02/11/21.

Para Tarde (2005), o fato social tem origem na imitação, que pode ser compulsória ou espontânea, eletiva ou até mesmo inconsciente, e vai sendo disseminada na sociedade e, progressivamente, vai sendo absorvida pelos grupos e públicos. A imitação vai acontecendo a partir das relações entre os indivíduos, pois na medida em que a ideia de uma pessoa torna-se a mesma de um grande número de pessoas, essa ideia passa a ser legítima. Então, os números apresentados, além de expressarem a pretensão de superioridade dos grupos em disputa, estabelecem essa nova ideia/opinião como um fato social, até então não institucionalizado. Os meios de comunicação, seja a mídia convencional ou as redes sociais, distribuem informações/opiniões, que são selecionadas pelas pessoas e, compartilhadas com alguém de opinião similar, construindo um elemento de coesão para a consolidação de um público.

Participaram dessas manifestações os movimentos sociais clássicos (sindicais, estudantis e populares) e novos (movimento de mulheres, por exemplo). Em 2015, esses movimentos se uniram e criaram duas frentes de ação política: a Frente Brasil Popular e a Frente Brasil Sem Medo. Essas frentes se apresentam “*como progressistas, ou de esquerda, contrapondo-se aos que denominam como conservadores ou da direita*” (Gohn, 2017, p.73) e foram criadas em razão da dificuldade de se encontrar uma narrativa comum a todos os segmentos. Ou seja,

as Frentes surgem como uma articulação estratégica, entre inúmeros movimentos sociais já existentes, com demandas específicas, que se uniram em função do contexto político nacional, denunciando os perigos do “golpe”, a perda de direitos sociais, a mudança das políticas de inclusão social dos últimos 15 anos etc. (Gohn, 2017, p.73)

Evidenciamos que ambas as Frentes são contra o impeachment da presidenta Dilma. Entretanto, a Frente Povo Sem Medo “acredita que as críticas são essenciais para evitar “*que a presidência ceda ainda mais à pressão do que chamam de grupos conservadores e continue a adotar mais políticas de austeridade*”³⁶. Por outro lado, a Frente Brasil Popular, ligada ao PT, “acredita que o momento não é de aumentar o tom contra as políticas de austeridade do Governo, algo que, para

36 Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/10/07/politica/1444171412_797786.html. Acesso em 15/11/21.

*os petistas, pode desgastar ainda mais Rousseff nesta crise política*⁴⁷. Fica evidenciado que entre esses movimentos, que objetivam rearticular a esquerda, existem aproximações e divergências. A formação de duas frentes indica que não há organicidade nas estratégias, propostas e bandeiras para compor uma frente única de esquerda, pois cada uma delas prioriza seus projetos políticos em detrimento de composição de alianças políticas mais abrangentes. Neste cenário, as ideias/opiniões, no sentido tardeano, não encontram um ambiente propício à sua ressonância: “se uma opinião não se propaga espontaneamente é por causa (...) da similitude imperfeita de cérebros e uma liberdade também imperfeita de comunicação. (...) a imitação acarreta a propagação dos comportamentos sociais e sua adoção pelos grandes números dos membros da comunidade”. (Tarde, 2005, p. XXV).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste artigo, procuramos contribuir para o debate sobre os significados das manifestações ocorridas em 2013 e seus desdobramentos, fazendo uso dos conceitos de multidão e público, aqui abordados como um fator de agência e mudança social. A multidão foi sistematicamente acionada como categoria empírica em imagens e manchetes de jornais, que, no primeiro momento, retrataram-na como uma massa amorfa, e, em seguida, veicularam uma multidão que se tornava violenta e enfrentava a força policial, colocando-se contra o Estado e contra a ordem, desqualificando-se, assim, os objetivos das manifestações. Nas matérias analisadas, enfatizava-se um *ethos* anárquico de destruição, mesclando baderna, crimes e agressões, obscurecendo uma dimensão maior das jornadas de junho, cujo início se caracterizou por uma grande mobilização popular, pacífica e democrática. Ao propagar uma atmosfera de medo, um importante afeto político, a mídia favoreceu a coesão social de novo público em formação, alinhado à direita.

Destacamos, ainda, que, para a formatação de um novo público de direita, outros fatores devem ser considerados, tais como a construção de uma identidade coletiva criada a partir das interações e conflitos entre grupos sociais e, principalmente, as mudanças nas estruturas de oportunidades que favorecem a ação de tais grupos. Entretanto, defendemos que não devemos imputar a emergência de um novo público exclusivamente aos acontecimentos das jornadas de junho,

uma vez que se trata de um processo de reorganização das classes dominantes, o qual remonta a meados dos anos 1980, com a criação de diferentes espaços e associações na sociedade civil, processo este aqui examinado.

Ao longo de 2013, a polarização se esboçou no contínuo retorno da multidão às ruas e na utilização das redes sociais digitais e plataformas sem fio, ainda sem emblemas, cores e inimigos bem definidos. Nos atos de 2014, a fundação de movimentos como o MBL e o VPR, e sua extrema capilaridade digital ajudaram a formalizar a dualidade, trazendo símbolos, referências compartilhadas, gritos de guerra e performances às ruas. Novamente, os meios de comunicação tradicionais desempenharam papel central na produção do sentido dos acontecimentos, agora através de novos recursos, como a quantificação das manifestações, costurando grandeza numérica e peso político, e o mapeamento das manifestações, construindo a capilaridade nacional da corrente majoritária. Se bem que reforçassem as imagens e narrativas dominantes na imprensa, números e mapas, tomados em conjunto, se distinguem por se apresentarem como parâmetros de objetividade e neutralidade, enraizando em um segundo nível – não-verbal e mais profundo – uma percepção de realidade, segundo a qual tais dispositivos apenas expressariam a verdade da opinião pública nacional, quando, na verdade, contribuíam para produzi-la. Nesta condição, foram importantes ferramentas no processo de consolidação da polarização, como procuramos demonstrar.

RECEBIDO em 14/11/2023
APROVADO em 03/01/2024

REFERÊNCIAS

ALONSO, Ângela. **A política das ruas. Protestos em São Paulo de Dilma a Temer**. Novos Estudos Cebrap. São Paulo, p. 49-58, 2017.

BEZERRA, Carla de Paiva. **Os sentidos da participação para o partido dos trabalhadores(1980-2016)**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 34, nº 100, p. 1-26, 2017.

BRASIL, **Lei 12.850 de 02 de agosto de 2013**. Define organização criminosa e dispõe sobre a investigação criminal, os meios de obtenção da prova, infrações penais correlatas e o procedimento criminal; altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); revoga a Lei nº 9.034, de 3 de maio de 1995; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2013/lei/l12850.htm. Acesso em 10/10/21.

BRINGEL, Breno. **Movimientos sociales y la nueva geopolítica da la indignación global**. Buenos Aires: CLACSO; Rio de Janeiro: FAPERJ, 2017. P. 29-36.

BRINGEL, Breno; PLEYERS, Geoffrey. **Junho de 2013, dois anos depois: polarização, impactos e reconfiguração do ativismo no Brasil**. Conjuntura NUSO nº novembro, 2015. Disponível em: <https://nuso.org/articulo/junho-de-junho-dois-anos-depois/>. Acesso em 17/08/20.

BURITY, Joanildo. **A onda conservadora na política brasileira traz o fundamentalismo ao poder?** In: Ronaldo de Almeida; Rodrigo Tirol (orgs.). Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. P. 15 – 68.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio; DANIEL, Claudia Jorgelina. **Os estudos sociais da quantificação e suas implicações na Sociologia**. Sociologias, v. 23, n. 56, p. 42-81, 2021.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. **Estado, quantificação e agência: uma análise genealógica**. Dados, v. 65, n. 3, p. 1-39, 2022.

CASIMIRO, **A reemergência da direita brasileira**. In: Esther Solano Gallego (org.) O Ódio Como Política. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. P. 41-47.

CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet**. 1.ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2013. 271p.

CEPÊDA, Vera Alves. **A nova direita no Brasil: contexto e matizes conceituais**. Mediações – Revista de Ciências Sociais, v. 23 n. 2. p. 40-74, 2018.

COSTA, Gustavo Paccelli. **Movimentos sociais e democracia: reflexões contemporâneas sobre o ativismo social**. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Ciências Sociais). Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

FERRAZ, Ana Targina Rodrigues. **Movimentos sociais no Brasil contemporâneo: crise econômica e crise política**. In: Serv. Soc., São Paulo, n. 135, p. 346-363, maio/ago. 2019.

GOHN, Maria da Glória. **Manifestações e protestos no Brasil: correntes e contracorrentes na atualidade**. São Paulo, RJ: Cortez Editora, 2017.

GUEDES, Simoni Lahud; Da SILVA, Edilson Márcio Almeida. **O segundo sequestro do verde e amarelo: futebol, política e símbolos nacionais**. Cuadernos de Aletheia, n. 3, p. 73-89, 2019.

HARDT, Michael e NEGRI, Antonio. **Multidão: Guerra e democracia na era do império**. Rio de Janeiro: Record, 2005. 530p.

HARLEY, Brian. **Mapas, saber e poder**. Confins, Revista Franco-Brasileira de Geografia, nº5, p. 19-51, 2009.

JASPER, James M. **Protestos: uma introdução aos movimentos sociais**. 1a. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016. 244p.

LIPPMANN, Walter. **Opinião Pública**. 2a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. 350p.

MACHADO; MISKOLCI. **Das jornadas de junho à cruzada moral: o papel das redes sociais na polarização política brasileira**. Sociol. antropol., v. 9, n. 3, p. 945 – 970, set. – dez., 2019.

MIGUEL, Luis Felipe. **A reemergência da direita brasileira**. In: Esther Solano Gallego (org.). *O Ódio Como Política*. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. P. 17 – 26.

NUNES, Denilson Ribeiro de Sena. **Assimetria da informação entre eleitores e candidatos na era da internet: um olhar regulatório**. In: *Transformações do direio administrativo: novas tecnologias e alternativas regulatórias*. Rio de Janeiro: FGV, 2017. P. 146 -175.

ORTELLADO, Pablo; SOLANO, Ester Gallego. **Novas direitas nas ruas?** *Perseu*, n. 11, Ano 7, p. 169-180, 2016.

RAMOS, Katia de Souza. **Da multidão aos públicos: a sociogênese da polarização política pós-2013**. 140 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2022.

RANCIÈRE, Jacques. **O ódio à democracia**. São Paulo: Boitempo Editorial, 2014.

ROCHA, Camila. **O Boom das Novas Direitas Brasileiras: Financiamento ou Militância?**. In.: Esther Solano Gallego (org.). *O Ódio Como Política*. 1ª. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. P. 47 - 52.

ROLNIK, Rachel. **As vozes das ruas: as revoltas de junho e suas interpretações**. In: *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 7-12.

SECCO, Lincoln. **As jornadas de junho**. In: *Cidades Rebeldes: Passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil*. São Paulo: Boitempo: Carta Maior, 2013. P. 71 – 78.

SILVEIRA, Sérgio Amadeu da. **Para além da inclusão digital: poder comunicacional e novas assimetrias**. In: BONILLA, Maria Helena Silveira; PRETTO, Nelson De Luca (orgs.). *Inclusão digital: polêmica contemporânea*. Salvador: EDUFBA, 2011. P. 49 – 59.

SINGER, André. **Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas**. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 97, p. 23-40, 2013.

TARDE, Gabriel. **A opinião e as massas**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 199p.

TATAGIBA, Luciana. **Entre as ruas e as instituições: os protestos e o impeachment de Dilma Rousseff**. Lusotopie 17, p. 112-135, 2018.

_____. **Os protestos e a crise brasileira. Um inventário inicial das direitas em movimento (2011 – 2016)**. In.: Ronaldo de Almeida e Rodrigo Tirol. Conservadorismos, Fascismos e Fundamentalismos. Campinas: Editora da Unicamp, 2018b. P. 89 – 116.